

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.618 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2002

CPI deve pedir indiciamento de 180 pessoas por roubo de cargas

Votação do relatório final está prevista para hoje. Criada em março de 2000, comissão parlamentar de inquérito ouviu mais de 200 depoimentos, promoveu audiências públicas em 12 cidades e diligências em quatro estados



José Cruz

Suplicy diz que sua proposta estimula a igualdade econômica

Renda Básica de Cidadania obtém unanimidade na CAE

PÁGINA 6

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas deve votar hoje seu relatório final, após tomar mais de 200 depoimentos, promover audiências públicas em 12 cidades e diligências em Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Goiás. Criada em março de 2000 e presidida pelo senador Romeu Tuma, a CPI deve propor o indiciamento de 180 pessoas e sugerir quatro projetos de lei para coibir o roubo de cargas, que causou prejuízos de R\$ 900 milhões em apenas sete meses deste ano.

PÁGINA 2

De acordo com informações da CPI, apenas este ano foram roubados 4.200 caminhões



José Cruz



Roosevelt Pinheiro

Senadores votaram também empréstimo para programa de inclusão social em universidades

Plenário aprova crédito externo para reformar previdência municipal

PÁGINA 3

Lula escolhe Marina Silva para ministra do Meio Ambiente

A senadora Marina Silva deverá ser ministra do Meio Ambiente no futuro governo. O anúncio foi feito ontem, em Washington, pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

PÁGINA 8

Marina afirma que "política ambiental precisa viver novo momento"



José Cruz

CPI do Roubo de Cargas vota relatório

Texto propõe indiciamento de 180 pessoas, além de quatro projetos que aumentam rigor contra criminosos e estabelecem mecanismos de segurança como forma de coibir a prática

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura o roubo de cargas no país, cuja votação está prevista para hoje, às 16h, propõe ao Ministério Público o indiciamento de mais de 180 pessoas. A CPI deverá também sugerir no texto quatro projetos de lei, entre os quais um que dispõe sobre as penas para os crimes relacionados ao roubo de cargas e outro que prevê mecanismos de segurança destinados a reduzir a incidência desses crimes.

Trabalham no relatório da comissão seis equipes formadas por profissionais do Senado Federal,



Criada em 2000, comissão realizou audiências em mais de dez cidades brasileiras

do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal.

Em março de 2000, a CPI foi criada com o objetivo de apurar, em todo o país, o elevado crescimento do roubo de cargas transpor-

tadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários e também com o propósito de investigar a lavagem de dinheiro e o desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas. Somente em

2002, conforme informações da secretaria da comissão, foram roubados 4.200 caminhões. Os prejuízos, até julho último, chegavam a R\$ 900 milhões.

Desde sua criação, a CPI tomou mais de 200 depoimentos e realizou audiências públicas nas cidades de São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ), Campinas, São Paulo e Santos (SP), Porto Alegre (RS), Florianópolis e Joinville (SC), Uberlândia (MG), Recife (PE), João Pessoa (PB) e Vitória (ES). Além disso, realizou diligências em cidades de Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Goiás.

A CPI é presidida por Romeu Tuma (PFL-SP). Tem como relator o deputado Oscar Andrade (PL-RO) e como vice-presidente o deputado Mário Negromonte (PPB-BA).

Proibição a porte de arma na pauta da CCJ

Na reunião marcada para hoje, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisam proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Freire (PPS-PE) que proíbe o porte de armas por civis e estatiza a fabricação de armas de fogo. Na primeira discussão da matéria, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a pedido, concedeu prazo para os membros da comissão analisarem o parecer favorável de José Eduardo Dutra (PT-SE) e, se assim decidirem, apresentarem relatórios alternativos.

Pela proposta, apenas colecionadores, desportistas e pessoas que, de acordo com a Justiça, estiverem ameaçadas poderão ter o porte liberado. Freire argumenta que a sociedade exige iniciativas para diminuir a criminalidade no país e essa é uma proposta para

“cortar o mal pela raiz”, por meio do controle direto, pela União, da fabricação, distribuição e porte de armamentos.

Caso não haja trancamento da pauta por força de medida provisória, a comissão também poderá votar propostas em caráter terminativo, como o projeto de Freire que acaba com a prisão especial para determinadas categorias profissionais e portadores de diploma de curso superior.

O senador considera a prisão especial, aplicada a algumas pessoas sujeitas a detenção antes da condenação definitiva, um privilégio e uma discriminação. Para ele, a única razão para a concessão da prisão especial deve ser a garantia da integridade física do preso ou condenado, “qualquer que seja sua classe ou categoria profissional”. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), concor-

da com o projeto e recomenda a sua aprovação.

A pauta da CCJ tem outros 61 itens. O primeiro deles é o projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) que prorroga até 31 de dezembro de 2003 o prazo para que os títulos de alienação ou de concessão de terras feitas pelos estados, na faixa de fronteira de até 150 quilômetros, sejam confirmados junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A matéria tramita na CCJ em caráter terminativo e tem parecer favorável do relator.

COOPERATIVAS

Outro projeto que pode ser aprovado pela CCJ sem a necessidade de ir a Plenário é o do senador Osmar Dias (PDT-PR) que regulamenta as atividades das cooperativas no Brasil, definindo suas características e como devem ser estruturadas. O projeto per-



Roberto Freire propõe o controle da fabricação, distribuição e porte de armamentos

mite que elas negociem ações em bolsa e que se associem a empresas. O relatório do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) sugere a aprovação do projeto, que tramita em conjunto com propostas dos senadores José Fogaça (PPS-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

A CCJ examina ainda projeto de Valmir Amaral (PMDB-DF) que permite a reabertura de ações de paternidade já julgadas que não tenham utilizado exame de DNA.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destina-se a homenagear o arquiteto Oscar Niemeyer pelo transcurso dos 95 anos do seu nascimento.
Pauta: PLC nº 89/02, altera a Lei nº 9.871/99, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; votação, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92/99; 1 e 5, 20/00; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal (cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal); votação, em primeiro turno, da PEC nº 21/01, altera a redação do artigo 6º da Constituição federal (incluindo a alimentação nos direitos sociais); votação, em primeiro turno, da PEC nº 52/01, acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e acrescenta inciso ao artigo 84 da Constituição federal (competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República relativos a atos internacionais); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 56/01, altera o inciso II do parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 11/02, altera a redação do parágrafo 2º do artigo 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social; e projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

9h — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — CPI das ONGs. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

16h — CPI do Roubo de Cargas. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário aprova autorizações para empréstimos

Senadores também decidem retirar da pauta todas as matérias referentes à reforma do Judiciário e projeto que altera lei sobre prazos para ratificação de concessões de terras nas faixas de fronteira

O Plenário aprovou ontem uma correção na resolução que aprovou o empréstimo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de US\$ 300 milhões, contratado junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC). A alteração determina a utilização, para cálculo dos juros, da que for maior entre duas taxas: a *Long Term Lending Rate* ou a *Fiscal Investment and Loans Program Rate*. A resolução aprovada primeiramente previa a utilização da taxa que fosse menor.

O dinheiro será utilizado pelo BNDES no Programa Global de Financiamento Multissetorial, destinado a financiar subprojetos de investimentos e modernização de empresas privadas nacionais, objetivando a geração de emprego e a elevação da renda e da arrecadação tributária. De acordo com o relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), "uma falha formal no parecer fornecido pelo Banco Central do Brasil" resultou na aprovação incorreta da resolução.

Também foi aprovado empréstimo de US\$ 5 milhões, do Banco Mundial (Bird), para serem utilizados no Projeto de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência (Prev-Municípios). O dinheiro servirá para a "aquisição de bens e serviços rotineiros" e também para a contratação de consultores.

Outro empréstimo de US\$ 5 milhões para o Brasil — desta vez oriundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — foi aprovado na sessão de ontem. O



Os partidos opositores declararam-se em obstrução contra requerimento de urgência para apreciar a proposta que trata do sigilo de investigações

dinheiro deverá ser utilizado no Programa Diversidade na Universidade, visando o acesso ao curso superior de grupos socialmente desfavorecidos. Em princípio, serão contemplados os estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. As três matérias vão a promulgação.

O Plenário também votou pela extinção da urgência do projeto que altera a lei sobre prazos para ratificações de concessões e alienações de terras nas faixas de fronteira. Por acordo entre as lideranças, também foram retiradas de pauta todas as matérias referentes à reforma do Judiciário e outras três propostas de emenda à Constituição (PECs).

Mudanças no fundo de segurança pública

O Senado aprovou ontem mudanças no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para que sejam apoiados projetos destinados a reequipar as polícias estaduais e os corpos de bombeiros, e investimentos em sistemas de informações, de inteligência e investigação, além de estatísticas policiais e informatização.

O projeto estabelece que só terão acesso aos recursos do fundo os estados que tenham plano próprio de segurança pública, e os municípios que tenham guarda

municipal ou policiamento comunitário e Conselho de Segurança Pública.

Também foi aprovado o projeto de decreto legislativo que autoriza o estado do Pará a vender uma área de 16 mil hectares de terras devolutas no município de Moju à firma Socôco Agroindústrias da Amazônia Ltda.

Foi ainda aprovado o projeto de decreto legislativo que outorga concessão à Fundação Três Fronteiras para operar emissora de televisão em Nanuque (MG).

Pauta da CAS tem 22 itens na última reunião do ano

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, a partir das 9h, a sua última reunião ordinária deste ano. Estarão na pauta 22 itens, entre os quais projeto de lei do Executivo que fixa novas normas nas relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros e no chamado trabalho temporário.

A proposta proíbe a contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve. Estabelece ainda que, qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existirá vínculo entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

Entende-se por empresa de trabalho temporário, no projeto, aquela que, devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, é responsável pela colocação de trabalhadores à disposição de outras empresas, temporariamente. Caso a CAS aprove o parecer do relator, senador Moreira Mendes (PFL-RO), a matéria irá ao exame do Plenário.

Na mesma reunião, a CAS, presidida por Romeu Tuma (PFL-SP), vota em decisão terminativa projeto de Emilia Fernandes (PT-RS) que reserva 20% do total dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para contratos com as mulheres responsáveis pelo sustento de familiares. A relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), é favorável à aprovação da matéria. Consta da pauta ainda projeto de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da Casa, que concede descontos no valor das passagens aéreas para os maiores de 60 anos.

Adiada votação de projeto sobre sigilo processual

A obstrução do PT, PSB, PDT e PPS não permitiu que fosse votado o requerimento de urgência para o projeto de lei que proíbe a divulgação de informações sobre processos por parte de funcionários públicos que a eles tenham acesso em razão de suas funções. O projeto é do governo, já foi aprovado na Câmara dos Deputados e inclui, além de juízes e integrantes do Ministério Público, conselheiros dos Tribunais de Contas da União e

dos estados, policiais e servidores públicos em geral.

O pedido de verificação de quórum foi encaminhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Saturnino Braga (PT-RJ) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). Os partidos de oposição se declararam em obstrução e alguns parlamentares da própria base do governo, como Casildo Maldaner, votaram contra o requerimento de urgência para a apreciação do projeto.

Punição para autoridades que revelarem investigações

O ponto mais polêmico do Projeto de Lei nº 65/1999 refere-se a uma alínea que seria acrescentada ao artigo 3º da Lei nº 4.898, de 1965, conhecida como a Lei do Abuso de Autoridade. De acordo com a alínea, procuradores da República, promotores de Justiça, delegados de polícia, juízes e conselheiros dos Tribunais de Contas incorrem em abuso de autoridade, passível de punição civil e criminal, se revelarem fatos ou informações, de que tenham conhecimento em razão do cargo, "que violem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas".

Na prática, as categorias profissionais assinaladas na alínea não podem divulgar informações sobre investigações ou processos, principalmente para os meios de comunicação. O projeto de lei foi encaminhado ao Congresso pelo Executivo, em 1997.



Moreira Mendes é relator do projeto que fixa novas normas para trabalho temporário

Comissão de Orçamento avalia contas de 2001

Parecer do senador Romero Jucá que será examinado na reunião de hoje recomenda aprovação, mas adverte para o crescimento de gastos com pessoal, principalmente em alguns segmentos da Justiça

A Comissão Mista de Orçamento deverá apreciar hoje, a partir das 10h, parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR), sobre o relatório encaminhado àquela comissão pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a respeito das contas do governo relativas ao exercício de 2001.

Entre as advertências sustentadas pelo relator, após uma análise minuciosa do relatório do TCU, destacam-se as que dizem respeito ao crescimento dos gastos com pessoal, principalmente em alguns segmentos da Justiça. Mas apesar de algumas advertências para com os cuidados das contas no futuro, de modo a corrigir algumas das distorções apresentadas, estão sendo apresentados 11 projetos de decretos legislativos, por meio dos quais o Congresso Nacional aprova todas as contas da União referentes àquele ano.

No seu parecer, com base no relatório dos ministros do TCU sobre as contas da União no exercício de 2001, Romero Jucá assinala que alguns aspectos na execução orçamentária financeira da Justiça Mili-



Romero Jucá aponta aspectos preocupantes nas contas do Executivo

tar foram destacados, sendo o primeiro deles o que se refere ao pagamento de aposentadorias e pensões, num total de R\$ 61,6 milhões, que suplantou em 20% as despesas com o pessoal ativo daquela instituição (de R\$ 50,5 milhões), sendo considerado como "um comportamento explosivo" nos gastos.

Também assinala que houve considerável aumento do custo médio por julgamento da Justiça Militar. Em 2000 — observa Romero Jucá —, cada julgado custava aos cofres públicos a importância de R\$ 142,96 mil, número este que se elevou em 58,8% em 2001, passando para R\$ 226,76mil.

O relatório do TCU atesta que a Justiça Militar extrapolou, em 2001, o limite permitido pelo artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que trata dos gastos com pessoal. O órgão apresentou suas justificativas, mas essas não foram aceitas pelo TCU, diz Jucá.

Segundo o parecer de Jucá, foram detectadas muitas falhas na

execução orçamentária do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacando-se a execução de despesas passadas com as dotações do Orçamento de 2001. Destaca ainda que o STJ utilizou indevidamente recursos orçamentários destinados ao pagamento de despesas com pessoal ativo, consignado no Programa de Trabalho Apreciação e Julgamento de Causas, para o pagamento de Despesas com Inativos e Pensionistas, na importância de R\$ 2,17 milhões relativa a débitos de exercícios anteriores.

A Justiça Federal de 1º e 2º graus, segundo o relator, desatendeu, pelo segundo ano consecutivo, o artigo 72 da LRF, que estabelece que as despesas com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos não poderão ultrapassar determinados

limites. O órgão explicou que o problema deveu-se principalmente à instalação de 231 varas federais de 1997 a 2001.

O Supremo Tribunal Federal (STF) também ultrapassou, nos gastos com pessoal, e também pelo segundo ano consecutivo, os limites permitidos pelo artigo 71 da LRF. De 2000 para 2001, os gastos com pessoal no Supremo elevaram-se em 18%, saltando de R\$ 87,7 milhões para R\$ 103,61 milhões. O limite permitido pela lei determinava que esses gastos com pessoal não poderiam ultrapassar 0,0415 da receita líquida da União, mas o STF executou uma proporção de 0,0491%.

O TCU não aceitou as justificativas do Supremo.

Nas contas do Poder Legislativo, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados cumpriram os limites de gastos com pessoal. No Senado, houve extrapolação nas despesas com serviços de terceiros. A instituição, contudo, apresentou uma tendência declinante nos limites permitidos ao longo dos últimos exercícios e suas justificativas foram aceitas pelo TCU.

O relator apontou, ainda, vários fatores preocupantes nas contas do Executivo, como o crescimento da dívida pública e até o registro de um déficit de 93 mil vagas no sistema carcerário do país.



Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem os dois últimos relatórios setoriais

Relatórios demonstram escassez de recursos

Os dois últimos relatórios setoriais à proposta orçamentária de 2003 foram aprovados ontem, evidenciando, como ocorreu nas outras oito áreas temáticas, a escassez de recursos públicos federais tanto para investimentos quanto para o custeio da máquina administrativa. O dinheiro orçado para a saúde, de R\$ 28,46 bilhões, nem sequer atende à exigência da Constituição, que vinculou ao setor parte dos gastos da União até 2004, segundo informação do parecer do deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ).

A situação dos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente não é diferente. O relator, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), apontou uma redução de 30,8% na dotação orçamentária de R\$ 4,984 bilhões da pasta da Integração Nacional. A queda está relacionada ao montante autorizado este ano. Os recursos para os órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 1,038 bilhão, caíram 35,8% dentro do mesmo critério de comparação.

O esforço dos parlamentares não foi capaz de recompor esses orçamentos, melhorando principalmen-

Participação regional nos gastos com saúde

As regiões Sudeste e Nordeste deverão ficar com a maior parcela dos recursos da saúde. Veja abaixo a participação percentual de cada região, segundo projeto da lei orçamentária para 2003:

Centro-Oeste	6,9%
Norte	6,3%
Sul	15,1%
Sudeste	46,1%
Nordeste	25,7%

Fonte: Comissão de Orçamento

te a capacidade de investimento do setor público federal. Dos R\$ 6,964 bilhões solicitados pelos congressistas, a área temática que agrupa integração nacional e meio ambiente só conseguiu R\$ 1,077 bilhão para atender 735 emendas.

No caso da saúde, o relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), reservou R\$ 622,7 milhões da reestimativa de receitas para reforçar a programação do

Ministério da Saúde. Esse valor foi considerado insuficiente para atender o patamar constitucional, que, segundo Alexandre Santos, exige R\$ 2,7 bilhões adicionais.

O relator conseguiu remanejar mais R\$ 183,8 milhões, que já estavam alocados em programas do Ministério da Saúde, e acrescentou outros R\$ 465,684 milhões por intermédio de 11 emendas. Mesmo assim, o valor alcançado de R\$ 1,272 bilhão ficou aquém do que define a Constituição, na avaliação de Alexandre Santos. E representou apenas 21% do total de R\$ 6,057 bilhões pleiteado pelas 1.989 emendas parlamentares. A maior parte dos pedidos foi direcionada para o Fundo Nacional de Saúde.

Outro aspecto salientado pelo relator foi a grande distorção na distribuição regional dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista na proposta do Executivo. Enquanto o Rio de Janeiro obteve R\$ 92,17 por habitante, o Rio Grande do Sul R\$ 81,51 e São Paulo R\$ 81,34, o Amapá recebeu apenas R\$ 39,98. Nesse final de fila, também estão o Amazonas, com R\$ 42,45, e o Acre, com R\$ 45,58.

Parecer final deverá ser entregue hoje

O relatório final sobre a proposta orçamentária para 2003 deve ser entregue hoje pelo senador Sérgio Machado, segundo informação do presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). "A discussão do parecer pode começar no mesmo dia", disse o deputado.

Mas a votação deve começar na próxima sema-

na. O vice-presidente da comissão, deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), anunciou, ao final da primeira parte da reunião ordinária de ontem, que foi firmado acordo entre as lideranças dos vários partidos que integram a CMO para votar em três dias, de 16 a 18 de dezembro, o relatório geral sobre o projeto de lei do Orçamento Geral da União para 2003.

Távola quer manutenção das bases da economia

Ele citou outras medidas adotadas por Fernando Henrique que, a seu ver, devem ser levadas em consideração pelo governo Lula

A manutenção dos fundamentos macroeconômicos, responsáveis pela estabilidade e equilíbrio financeiro, será essencial para o sucesso da administração de Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem o líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Ele relacionou outros nove pontos que considera a essência do governo Fernando Henrique Cardoso e que, a seu ver, devem ser levados em consideração pelos petistas.

Um dos pontos destacados pelo parlamentar foi o redimensionamento do tamanho do Estado. De acordo com Távola, o PSDB defende o Estado socialmente necessário e “o governo se esforçou em desenhar esse Estado não-empresário e não-onipotente”. O senador citou, em seguida, como ação positiva do governo a abertura da economia brasileira. Assinalou que as privatizações foram motivadas pela necessidade de retomada dos investimentos, já que o Estado havia perdido essa capacidade.

Artur da Távola mencionou também a reforma do próprio Estado, por meio da reforma administrativa e da racionalização das funções do governo. Para o se-



Távola espera que o novo presidente dê continuidade ao projeto de reforma do Estado

nador, essa mudança ainda não se completou, mas disse esperar que Lula dê continuidade a ela. A criação de parâmetros de responsabilidade fiscal foi outro ponto assinalado pelo parlamentar, acrescentando que, em cinco anos, a lei colocará o Brasil em patamares civilizados de controle dos gastos públicos.

Távola relacionou, em sua análise, a expansão da agricultura e das exportações, mas foi no ensino fundamental que o senador considerou que houve uma verdadeira revolução, definida pelo esforço qualitativo de manter as crianças na escola e impedir a evasão. O parlamentar ressaltou que os fundamentos da ação social, baseados no desenvolvimen-

to humano e não no assistencialismo, constituem outra marca do governo Fernando Henrique, que lhe valeu um prêmio das Nações Unidas.

O cumprimento dos contratos internacionais e o aperfeiçoamento das instituições democráticas foram ainda destacados por Artur da Távola.

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG), eleito vice-presidente da República na chapa de Lula, disse que a política monetária do atual governo é responsável pelo aumento do chamado risco Brasil. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a unificação dos programas sociais e sua racionalização em conjunto com os governos estaduais e municipais.

Jucá: falta de entendimento no Congresso limitou governo FHC

Em comunicação de liderança no final da sessão de ontem, o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), disse que a falta de entendimento no Congresso Nacional limitou as ações do governo Fernando Henrique Cardoso.

– O que não se conseguiu fazer não foi por falta de vontade política, mas por falta de condições e muitas vezes de entendimento, aqui no Congresso Nacional – afirmou.

Respondendo a críticas feitas pelo vice-presidente eleito, senador José Alencar (PL-MG), Jucá afirmou que a taxa cambial de 36%, na dívida rodada esta semana pelo governo federal, corresponde apenas à dívida de curto prazo. A dívida de médio prazo, de acordo com o representante de Roraima, teve uma taxa cambial de 24%.

– Esta taxa foi exatamente por conta da indefinição, entre outras coisas, da próxima direção do Banco Central – afirmou Jucá, lembrando que o novo governo ainda não indicou o presidente e os dire-

tores do BC.

O vice-líder do governo disse ainda que seu partido irá ajudar o novo governo na aprovação dos nomes indicados para o Banco Central, sem pedir vista da indicação, o que poderia atrasar a nomeação. Os indicados têm de ser sabatinados e seus nomes aprovados pelo Senado, para que possam tomar posse.

APOSENTADORIA

Romero Jucá acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de votar contra o limite de idade para a aposentadoria. Segundo ele, a aprovação desse limite melhorou a situação da Previdência. Lembrou também que o projeto de lei que trata da aposentadoria complementar dos servidores públicos – que qualificou como “o grande buraco da Previdência brasileira” – ainda não foi votado na Câmara devido à obstrução empreendida pelos partidos de oposição.

As críticas de José Alencar foram feitas em aparte ao discurso do líder do governo, senador Artur da Távola. Jucá parabenizou Távola por ter tomado posse, na última sexta-feira, como chanceler da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

– Vamos perder no Senado, mas a universidade ganha muito e o Rio de Janeiro também – afirmou.

Senador cobra a imediata indicação de presidente do BC

O senador Romero Jucá registrou ontem sua preocupação com a demora na divulgação pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do nome do indicado para a presidência do Banco Central (BC), em substituição a Arminio Fraga. Jucá fez votos para que o PT possa efetivamente se entender e nomear rapidamente o futuro presidente do BC.

Na avaliação do parlamentar, os percalços enfrentados pelo futuro governo no que diz respeito a essa indicação não são graves, por terem ocorrido antes da posse.

– A transição permite ao PT errar com poucas consequências, porque ainda está treinando para ser governo. Espero que o treino seja feito até dia 30, que o PT ainda erre um pouco, mas consiga se acertar para, a partir de 1º de janeiro, quando estará

valendo, já ter cometido todos os erros e comece a acertar e a ajudar o Brasil a andar para frente – declarou.

O senador considerou “extremamente importante” que a nomeação do novo presidente do BC seja encaminhada logo ao Congresso, uma vez que a próxima semana é a última de votação neste ano.

– Sem essa indicação, sem dúvida teremos um buraco negro cujas consequências são de difícil previsão – disse o senador.

Jucá citou reportagens publicadas pela imprensa durante a semana dando conta das dificuldades que o partido vem tendo para nomear o novo presidente do BC. Na opinião de Jucá, essa situação é muito ruim porque cria uma imagem de indefinição perigosa para o quadro econômico atual.

Dirigentes de hospitais privados encaminham pleitos ao Congresso

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu uma comitiva de 60 dirigentes de hospitais privados e filantrópicos do país, que solicitam o apoio dos congressistas para a criação de linha de crédito específica para o setor. O grupo também deveria manter encontros com deputados e com a equipe de transição do novo governo, para apresentar o reivindicação.

Os dirigentes hospitalares, liderados por Carlos Eduardo Ferreira, que preside a Federação Brasileira de Hospitais, argumentam que essas entidades estão com R\$ 5 bilhões de dívidas, geradas principalmente, conforme atestam, pela defasagem nos va-

lores repassados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para os hospitais privados e filantrópicos.

De acordo com Ferreira, o pedido de auxílio é justo, pois essa rede de hospitais, observou, é responsável, hoje, por cerca de 70% do atendimento em todo o país. Eles também requerem tratamento igualitário ao que foi dado pelo governo federal ao setor bancário – com a criação, em 1995, do Proer, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Citaram ainda a ajuda fornecida pelo governo ao setor de aviação comercial, que recebeu linha de crédito especial neste ano.

– Os hospitais filantrópicos e

privados querem ser considerados de utilidade pública e receber tratamento igual ao já recebido por outros setores – disse Ferreira.

Os representantes do setor hospitalar comunicaram ao senador Edison Lobão que irão apresentar ao novo governo um calendário de sugestões para a área da saúde e solicitar também que a nova equipe encontre fórmulas capazes de elevar os recursos para o setor.

Lobão afirmou que é do interesse dos legisladores contemplar a solicitação dos hospitais da rede privada e filantrópica, para que estes possam superar a situação em que se encontram.

CAE aprova projeto que institui Renda Básica de Cidadania a partir de 2005

Substitutivo de Francelino Pereira a proposta de Eduardo Suplicy recebeu ontem apoio unânime dos senadores da comissão e será votado em turno suplementar na terça-feira

A partir de 2005, todos os brasileiros poderão receber mensalmente benefício monetário destinado a cobrir as despesas mínimas com alimentação, educação e saúde. Caberá ao Poder Executivo definir o valor a ser pago, considerando para isso o grau de desenvolvimento do país, as possibilidades orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), ao aprovar, por unanimidade, substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a Renda Básica de Cidadania para brasileiros e estrangeiros que residam no país há pelo menos cinco anos. O projeto retorna à votação, em turno suplementar, na próxima

Programa existe em outros países

Os programas de renda mínima baseiam-se na transferência direta de recursos, por parte dos governos, para indivíduos ou famílias. É o que se chama de "imposto de renda negativo", já que, em vez de tributar, complementa a renda das pessoas. Existem diferentes modalidades de renda mínima no mundo. Na Inglaterra e Irlanda, o repasse é feito integralmente pelo governo central. Na Bélgica, Dinamarca e Alemanha, estados e municípios participam da transferência de recursos. No Brasil, em geral, o renda mínima é vinculado à educação. É o caso do Bolsa-Escola, um programa federal que libera R\$ 15 para cada filho matriculado e freqüentando o ensino fundamental. A idéia de implantar o programa no país, no entanto, é bem anterior, e deve-se ao economista Antonio Maria da Silveira, que em 1975 publicou a primeira proposta nesse sentido.

terça-feira, dia 17. Se aprovado, poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para votação em Plenário.

MAIS NECESSITADOS

Pela proposta, o pagamento do benefício terá início pelas camadas mais necessitadas da população, ou seja, os brasileiros que

se encontram abaixo da linha de pobreza. Cumprida essa etapa, a Renda Básica de Cidadania será estendida, gradualmente, aos demais cidadãos, inclusive aos mais ricos, desde que existam fontes de receita disponíveis. O benefício, de acordo com o projeto, não será tributado pelo Imposto de Renda.

Para Eduardo Suplicy, a medida é uma espécie de "pontapé inicial para que todos os brasileiros tenham acesso à cidadania". Com um detalhe: estendendo o benefício a todos, sem distinção de posição socioeconômica, "ninguém teria humilhação ou vergonha de receber a renda". Com esse procedimento, na visão do senador, se eliminariam procedimentos burocráticos para se saber se a pessoa é ou não pobre.



Banco vem sendo usado para concentrar desenvolvimento do país, segundo Osmar Dias

Osmar propõe redirecionar verbas do BNDES

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o governo do PT terá de redirecionar os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se quiser implementar política eficiente contra a fome.

— O que eu prego é a desconcentração do desenvolvimento, por meio do BNDES, que vem sendo usado para concentrar cada vez mais — disse.

Baseado em relatório da própria instituição, Osmar Dias criticou o fato de o BNDES ter utilizado, em 2001, 36% dos seus investimentos no estado de São Paulo, "agravando ainda mais as diferenças regionais". Além disso, afirmou o senador, as empresas que mais demandaram recursos do banco foram as estrangeiras, que usaram as verbas para adquirir as estatais vendidas pelo governo brasileiro, "no que pese as pequenas e microempresas serem responsáveis por 70% do total dos empregos dos brasileiros".

Osmar Dias chamou atenção para projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que obriga os bancos públicos federais a aplicar 50% dos recursos disponíveis para empréstimos em financiamentos de pequenas e microempresas.

IMPLEMENTOS

Outra medida defendida pelo senador foi a continuidade do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos e Colheitadeiras (Modferrota). Conforme ele, ao oferecer dinheiro barato aos agricultores, com taxas de juros 8,75% ao ano, o programa permitiu que a produção nos últimos anos tivesse aumento de 100%. Por isso, solicitou à equipe de transição do novo governo que mantenha o projeto como uma das prioridades da agricultura na próxima administração.

Proposta estimula igualdade econômica, diz Suplicy

Autor do projeto que institui a Renda Básica de Cidadania, aprovado ontem pela CAE, o senador Eduardo Suplicy observou que programa semelhante de distribuição de renda está sendo implantado na África do Sul, com apoio de várias instituições internacionais.

Conforme disse, todos os brasileiros, a exemplo dos sul-africanos, têm de "ser sócios da nação", com o objetivo de "estimular o desenvolvimento da igualdade econômica e promover a estabilidade da família e da comunidade, possibilitando a todas as pessoas terem atendidas as suas necessidades vitais e assegurada uma maior dignidade".

O relator do projeto, senador Francelino Pereira, considerou a iniciativa "um projeto histórico", pois representa, disse, "bandeira de luta em defesa dos excluídos". Ele lembrou que cerca de 23 milhões de brasileiros vivem em condições de miséria e que o

Brasil, em termos de distribuição de renda, é o quarto pior país do mundo, só perdendo para Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia.

— Se a desigualdade fosse condizente com o grau de desenvolvimento econômico do país, como garantem os especialistas, haveria cerca de 60% de pobres a menos no Brasil. O que falta mesmo é uma política redistributiva, que, implantada gradualmente e responsabilmente, busque uma maior equidade social e permita a redução do tremendo fosso que separa ricos e pobres em nossa sociedade — ressaltou Francelino.

RECURSOS

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), mesmo votando pela aprovação da matéria, manifestou dúvidas com relação à aplicação, na prática, do projeto. Segundo o senador, a



Eduardo Suplicy afirmou que "todos os brasileiros têm de ser sócios da nação"

proposta não explica de onde virão os recursos a serem aplicados no programa e nem é claro se o benefício será pago a todos, ou por família. Francelino informou que o projeto é abrangente, cabendo ao Executivo definir o valor do benefício, em estrita observância à Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas observou que alguma coisa tem de ser feita, como propõe Suplicy, para minimizar a pobreza.

Regulamentação da agricultura orgânica segue para o Plenário

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que define a agricultura orgânica e seus produtos, estabelecendo as condições para emissão de certificação de produtos cultivados nesse sistema. A proposta especifica ainda quais insumos podem ser utilizados nessa modalidade de agricultura e estabelece penas para quem descumprir as normas previstas.

— A proposta é válida, sobretudo se considerarmos que existe demanda crescente por produtos, de origem animal ou vegetal, obtidos por meio do sistema orgânico. O próprio mercado tem sido cada vez mais exigente quanto à qualidade e à garantia dos produtos — afirmou o relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Ele destacou ainda que esses produtos atingem valores diferenciados na cotação do mercado internacional, o que abre nova opção de negócios e renda para produtores brasileiros. Jonas sugeriu apenas uma modificação no projeto da Câmara, para abrir a possibilidade de uso na agricultura orgânica de produtos de origem mineral que não tenham sofrido transformação química. A alteração, na opinião do relator, amplia as possibilidades de produção. A proposta original limita a aplicação de extratos vegetais no cultivo. A matéria vai agora à deliberação do Plenário.

CARNAÚBA

Em caráter terminativo, a CAE



Mercado é cada vez mais exigente com a qualidade dos produtos, afirma Jonas Pinheiro

aprovou projeto de lei do senador Freitas Neto (PSDB-PI) que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura da Carnaúba (Funcarnaúba), para oferecer recursos ao desenvolvimento da cultura do produto. De acordo com parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a cera da carnaúba é o principal produto de exportação do Piauí e também é uma cultura nativa importante para as economias do sertão do Ceará e do Rio Grande do Norte.

— A carnaubeira gera ocupação para mais de 50 mil famílias de baixa renda só no Piauí. A adoção de novas tecnologias permitirá que, a curto prazo, se duplique a produção no Piauí, elevando a receita de exportações para a faixa de US\$ 30 milhões. A principal preocupação do projeto é a geração de postos de trabalho — afirma Freitas Neto.

Sistema garante bom índice de rentabilidade e emprego

Agricultura orgânica é, basicamente, o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, pesticidas ou reguladores de crescimento, priorizando o uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças. O conceito surgiu, mundialmente, nos anos 20 e, segundo organizações defensoras da agricultura orgânica, há cerca de 17 mil produtores certificados, sendo 10 mil na Europa e 5 mil nos Estados Unidos. No Brasil há 1.500 produtores com o atestado de origem ecológica. Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), esse tipo de agricultura é hoje uma das mais promissoras em rentabilidade e geração de empregos, registrando taxas de crescimento de 10% ao ano no Brasil, 20% nos Estados Unidos e 25% na Europa e no Japão.

Fonte: Associação de Agricultura Orgânica (AAO)

CAE restringe empréstimo para empresa estrangeira

Projeto aprovado em decisão terminativa condiciona crédito do BNDES à instalação de unidade produtiva em território nacional

Com base em parecer do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) determinando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) só poderá emprestar recursos a empresas estrangeiras que instalem unidades produtivas em território brasileiro. Caso não haja recurso para votação no Plenário, a matéria seguirá diretamente para análise dos deputados.

Saturnino critica o fato de, desde 1995, o BNDES financiar, “indistintamente”, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), empresas estrangeiras e empresas nacionais. Na sua opinião, a prática contribuiu para a desnacionalização de diversos setores da economia, como aqueles que foram alvo de programas de desestatização. O senador ressaltou que sua proposta não impede os financiamentos ao capital estrangeiro e objetiva incentivar o aumento da produção e do emprego no país.

Por sugestão do senador Rome-



Objetivo da proposta de Roberto Saturnino é ampliar produção e postos de trabalho

ro Jucá (PSDB-RR), a CAE decidiu suprimir dispositivo do projeto original de Saturnino que fixava em 50% o percentual máximo de financiamento pelo BNDES do valor total de projetos de empresas estrangeiras. Para Jucá, a restrição deve ficar a cargo da direção do banco.

Saturnino argumentou que o dispositivo, apesar de manter a possibilidade de empréstimos com juros baixos a multinacionais, poderia estimular o ingresso de capitais em investimentos diretos, melhorando a situação deficitária da balança de pagamentos brasileiro. Porém, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Ney Suassuna (PMDB-PB) ponderaram que a restrição pode fazer

com que o país perca investimentos importantes.

“ROYALTIES”

Os senadores da CAE também aprovaram terminativamente projeto de lei do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que estende a distribuição de *royalties* decorrentes da exploração de petróleo a municípios que fazem parte da área de influência geoeconômica da cidade em que está sediada a produção.

Atualmente, apenas os municípios onde é feita a extração de petróleo são beneficiados, o que, na opinião de Ricardo Santos, causa grande desequilíbrio na arrecadação de recursos entre cidades que fazem parte da mesma região metropolitana.

A CAE aprovou ainda pareceres favoráveis a dois projetos de resolução com o objetivo de corrigir falhas formais em resoluções do Senado que autorizaram a contratação de empréstimo pela União junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC). Os recursos, que somam cerca de US\$ 307 milhões, serão destinados a diversas áreas da economia nacional e ao Ministério da Saúde para o Projeto Hemodiálise. As matérias seguem com requerimento de urgência para votação em Plenário.

Malan falará dia 17 sobre acordo com o FMI

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anunciou que será realizada na próxima terça-feira, dia 17, audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre o último acordo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A data acertada com o ministro foi confirmada pelo vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Segundo Jucá, a presença de Malan no Senado é importante para que o ministro possa falar sobre o acordo e fazer um balanço de sua gestão à frente da economia nacional. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que essa será a última oportunidade para que



O anúncio da audiência pública com a presença do ministro da Fazenda foi feito por Lúcio Alcântara (E), presidente da CAE

o ministro venha dialogar com os senadores. Suplicy pediu a Alcântara que requeira do ministério os documentos que fun-

damentam o acordo com o FMI, para que os membros da CAE possam estudá-los antes da audiência.

Marina Silva será a ministra do Meio Ambiente no governo Lula

O anúncio foi feito ontem nos Estados Unidos pelo presidente eleito. Conforme a senadora, a política para o setor deve criar instrumentos para viabilizar o desenvolvimento sustentável

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou ontem à tarde, em Washington, Estados Unidos, que a senadora Marina Silva (PT-AC) será a ministra do Meio Ambiente do próximo governo. Além da senadora, o coordenador da equipe de transição, Antônio Palocci, foi confirmado como futuro ministro da Fazenda.

Embora esteja "honrada com a declaração de Lula nos Estados Unidos", Marina Silva disse que prefere não falar ainda sobre co-

mo será sua atuação no ministério ou qual será sua equipe enquanto o presidente eleito não fizer o anúncio oficial no Brasil.

A senadora destacou, entretanto, que suas prováveis propostas como ministra devem seguir a linha de pensamento do PT para a questão ambiental. Isso porque, conforme Marina Silva, ela ajudou a coordenar o programa do partido para o setor, além do projeto específico para a Amazônia.

— A política ambiental do país

precisa viver um novo momento. Sair daquela fase 'do que não pode fazer' para a fase do 'como fazer da forma correta'. É por isso que no programa do Lula ele trabalha com a idéia de criarmos instrumentos econômicos para viabilizar o desenvolvimento sustentável — afirmou a senadora e futura ministra.

Marina Silva afirmou ainda que vai lutar para que a política ambiental esteja presente em todas as ações do próximo governo.



Marina Silva participou da elaboração do programa do PT para o meio ambiente

José Cruz

Alcântara quer pólos científicos no Nordeste

Governador eleito do Ceará, o senador Lúcio Alcântara (PSDB) disse que o Nordeste brasileiro precisa especializar-se em áreas de competência e montar pólos e redes empresariais em setores como turismo e o técnico-científico (*software*, microeletrônica, telecomunicações, serviços de engenharia, indústria química, bioquímica). O senador acredita que a região precisa urgentemente aumentar a renda *per capita*, distribuir renda e promover profunda e rápida inclusão social por meio da educação e da formação de mão-de-obra.

Alcântara apresentou ao Plenário o discurso que irá pronunciar no seminário "O Nordeste — Rumo para um Desenvolvimento Sustentável", a ser realizado sexta-feira pela Fundação Konrad Adenauer. No discurso, o senador faz análise das necessidades do Nordeste e das consequências e oportunidades da inserção dos estados nordestinos na economia globalizada.

MODERNIZAÇÃO

Segundo o senador, as políticas de desenvolvimento regional adotadas para o Nordeste têm objetivado transformar de forma estrutural a economia, com a implantação de novas indústrias, ampliação e modernização das já existentes e criação de um centro manufatureiro autônomo. No entanto, afirmou, essas ações têm sido "orientadas de cima para baixo, com pouca participação dos beneficiários, desconsiderando a interdependência natural entre as cadeias produtivas e entre as políticas sociais".

Além disso, não teria havido ainda efeito distributivo, ou seja, a população sentiu os reflexos da modernização da economia, com o aumento da renda *per capita* e melhoria dos padrões educacionais.

Para ele, é preciso enfrentar questões como o atendimento das necessidades humanas básicas (educação, saúde, saneamento, habitação e transporte); melhoria da qualidade dos recursos humanos e do desenvolvimento científico e tecnológico; ampliação do trabalho produtivo; avanço na organização e participação social (apoio a cooperativas e microempresas); expansão do turismo; e consolidação da infra-estrutura do sistema industrial.

Ademir pede rapidez para PEC que pune o trabalho escravo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu que o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, agilize a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a desapropriação, para reforma agrária, de propriedades em que for constatada a exploração de trabalho escravo. A proposta, de sua autoria, já foi aprovada pelo Senado. Hoje, só são passíveis de desapropriação sem indenização as terras onde houver culturas de plantas psicotrópicas, como a maconha.

Em seu discurso, Ademir afirmou que a aprovação da proposta já foi pedida por diversas autoridades. Entre elas, disse, estão os presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto de Medeiros; do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves; o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, que disse falar em nome do presidente da República; e o chefe do Programa Internacional de Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Roger Plant.

— Esses repugnantes escravocratas modernos devem, além de ser condenados e presos, perder o direito sobre a propriedade que utilizaram para a mais degradante exploração de seres humanos, com a finalidade de ampliar seus lucros. Se é



Ademir é autor da proposta que está tramitando na Câmara dos Deputados

Roosevelt Pinheiro

o poder econômico que torna viável tal prática covarde, devemos atacar o mal pela raiz, retirando-lhes as propriedades tão desumanamente exploradas para destiná-las aos relevantes fins da reforma agrária — afirmou.

AMAZÔNIA

Ademir Andrade citou dados do Ministério da Justiça segundo os quais a Amazônia concentra 72% do trabalho escravo no país. No Pará, afirmou, o problema atinge "dimensões maiores do que em qualquer outro estado".

O parlamentar informou que o próprio governo federal estima haver 2,5 mil trabalhadores escravizados, enquanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), calcula o número de escravos em 15 mil. Segundo disse, relatório da OIT mostra que a reincidência no crime de trabalho forçado chega a uma média de 4,2 vezes.

— É mais uma vez a impunidade que faz com que esse absurdo desrespeito à condição humana continue a ser perpetrado — afirmou.

Emilia registra êxito de congresso de mulheres

Lembrando a comemoração dos 70 anos do voto feminino no Brasil, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) registrou ontem a realização do 14º Congresso da Federação Democrática Internacional de Mulheres, realizado em Beirute, Líbano, de 29 de novembro a 1º de dezembro. Ela definiu o acontecimento como da maior importância na luta pela garantia dos direitos da mulher.

No encontro, a brasileira Márcia Campos foi eleita presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Na avaliação de Emilia, o fato significa "o reconhecimento mundial da atuação da Conferência das Mulheres do Brasil", que desenvolve projetos de alfabetização, qualificação profissional e de formação de agentes de saúde da mulher, beneficiando milhares de famílias.

— É prova da confiança que os povos do mundo, assim como os brasileiros, depositam em nosso

país e no momento de mudança que começou a ser traçado democraticamente nas urnas — disse a senadora.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil teve a maior delegação no encontro, com nove representantes. As brasileiras defenderam no evento as deliberações do 2º Congresso da Confederação das Mulheres do Brasil, ocorrido em setembro passado, em São Paulo. De acordo com Emilia, as mulheres brasileiras apresentaram propostas para o "desenvolvimento econômico e social, o resgate da soberania perdida com a subserviência ao Fundo Monetário Internacional e o atendimento das necessidades básicas da população", como saúde, habitação, emprego, moradia, alimentação e qualidade de vida.

— As propostas de nossa delegação refletiram o momento de mudança e esperança que o nosso país atravessa — disse Emilia.

Ela observou que o evento adquiriu especial significado a partir dos "novos ares que o Brasil respira" e que, em sua opinião, fortalecerão a esperança e a credibilidade a partir de 2003.

O Congresso teve como tema central a paz, a independência, a igualdade e a justiça. Durante o encontro foi realizado ato de apoio e solidariedade aos povos do Oriente Médio, em especial às mulheres palestinas.



Encontro realizou-se em Beirute e teve a participação de nove brasileiras, disse Emilia

Roosevelt Pinheiro

Aprovada a criação do Dia Nacional da Água

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) parecer da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) favorável a projeto de lei do deputado Sérgio Novais (PSB-CE) que institui o Dia Nacional da Água, a ser comemorado em 22 de março. A proposta, de acordo com o autor, objetiva oferecer à sociedade brasileira "a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionados ao uso e à conservação dos recursos hídricos".

Em seu parecer, lido pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Maria do Carmo lembra que, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de um terço dos países do mundo terá escassez permanente de água já no início deste século. A senadora afirma que o projeto – que será agora submetido ao Plenário – permitirá que a população conheça a importância dos recursos hídricos e a urgência na conservação desse bem.

Ainda ontem, a CE aprovou parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável a projeto que denomina Rodovia Ormeo Junqueira Botelho trecho da BR-



Maria do Carmo, relatora do projeto, lembra que a água será um bem escasso nos próximos anos

120, em Minas Gerais. Na mesma reunião, foi aprovado parecer de Francelino favorável a projeto de resolução de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que dá o nome de Edifício Senador Juscelino Kubitschek ao Anexo I do Senado.

A comissão também aprovou 43 projetos de decreto legislativo relativos à exploração de serviços de radiodifusão em cidades da Bahia, Ceará, Santa Catarina, Espírito Santo, Amapá, Rio de Janeiro, Goiás, Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul e Paraná.



A ONU recomenda aos governos que a água seja manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia

Falta gestão dos recursos hídricos

Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março. Um dos objetivos é desafiar todos os países a estabelecer uma gestão de desenvolvimento dos recursos hídricos no mundo. Além disso, a ONU elaborou documento intitulado Declaração Universal dos Direitos da Água, que traz recomendação de que "a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimônia, porque é a seiva de nosso planeta e é condição essencial de vida de todo vegetal, animal e ser humano".

Ainda hoje, a água limpa está fora do alcance de muitos. Em todo o globo, mais de um bilhão de pessoas não tem acesso a fontes de água melhoradas, ao mesmo tempo em que quase 2,5 bilhões vivem sem saneamento básico. Essas pessoas figuram entre as mais pobres e as menos saudáveis do mundo. Na verdade, a falta de abastecimento de água potável contribui, segundo estimativas da ONU, para 80% das doenças e das mortes nos países em desenvolvimento.

Fonte: Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

Festival de cinema pode se beneficiar da Lei Rouanet

Projeto que autoriza pessoas físicas e jurídicas a patrocinarem mostras audiovisuais foi acolhido ontem pela Comissão de Educação

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) a projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende os benefícios fiscais da Lei Rouanet a mostras e festivais audiovisuais. A Lei Rouanet faculta às pessoas físicas e jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto de Renda (IR), na forma de doações e patrocínios, a projetos de natureza cultural, mas não beneficia mostras e festivais de cinema.

Alcântara argumenta, na justificativa do projeto, que os festivais e mostras constituem, muitas vezes, o único canal de difusão da produção nacional de filmes para a população periférica dos grandes centros urbanos e para os moradores das cidades de menor porte. Ele cita diagnóstico do Fórum dos Festivais segundo o qual boa parcela dos filmes de longa-metragem e cerca de uma centena de obras de curta e média duração, atualmente produzidos no Brasil, somente chegam ao público por intermédio dos festivais.

A Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à

Cultura (Pronac), estipula que os contribuintes poderão deduzir do IR devido as quantias despendidas em projetos aprovados pelo Ministério da Cultura nas áreas de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, circulação de exposições de artes plásticas, doações de acervos para bibliotecas públicas e museus, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão de acervo audiovisual.

INDÚSTRIA

No parecer, Ricardo Santos observa que a lei não se ocupou em incentivar o patrocínio de mostras e festivais audiovisuais, "even-

tos fundamentais para divulgação de filmes e conseqüente desenvolvimento da indústria cinematográfica".

O relator atualizou, no substitutivo, as fontes de recursos para a composição do Fundo Nacional de Cultura, substituindo os Fundos de Investimentos Regionais, extintos juntamente com as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), pelos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

O substitutivo, a ser submetido a turno suplementar de votação, deve seguir para a Câmara, a não ser que haja recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado.



De autoria de Alcântara (destaque), proposta votada pela comissão reconhece papel dos festivais na divulgação do cinema



Renúncia atinge R\$ 709,1 milhões

Entre 1996 e 2001, a renúncia fiscal das empresas (abatimento do Imposto de Renda devido) para investimentos em atividades culturais, através da Lei Rouanet, chegou a R\$ 709,1 milhões, segundo o Ministério da Cultura. Veja abaixo os valores por ano:

(em milhões de reais)	
1996	36,7
1997	68,0
1998	93,9
1999	111,0
2000	182,5
2001	217,0
Total	709,1

Fonte: Ministério da Cultura

Brasil é imprevidente com calamidades, diz Maldaner

Autor de projetos que garantem recursos para a defesa civil, senador lamenta descaso com a prevenção de tragédias como a de Angra dos Reis

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez em Plenário ontem um novo alerta para a falta de prevenção contra tragédias acarretadas por fenômenos naturais. Segundo Maldaner, não há recursos orçamentários para que a Defesa Civil possa atender a população dos locais atingidos por secas e enchentes. Como exemplo, ele citou a enchente que matou 34 pessoas em Angra dos Reis (RJ) na segunda-feira.

Maldaner pediu a aprovação de dois projetos de sua autoria que garantem recursos para um fundo de defesa civil. Um deles destina um percentual de todo seguro



Maldaner cita exemplo da tragédia em Angra dos Reis para defender fundo de defesa civil

feito no país para o fundo. O outro projeto permite que pessoas físicas e jurídicas remetam uma parcela do Imposto de Renda ao mes-

mo fundo, nos moldes dos programas de incentivo fiscal a projetos culturais. Do total do fundo, um terço ficará para a defesa civil nacional, outro para a dos estados e o último para a dos municípios.

A idéia é que o fundo seja usado pela defesa civil sempre que preciso. Hoje, quando há necessidade, o município encaminha pedido ao estado, que o encaminha ao governo federal, que libera os valores por medida provisória.

— Somos um país imprevidente. Na hora em que acontece um imprevisto, não temos orçamento para atendê-lo. Precisamos ser mais organizados — disse o senador, que manifestou pesar pelas vítimas da tragédia ocorrida em Angra dos Reis.

Jonas saúda jubileu do bispo emérito de Diamantino

Os cinquenta anos de sacerdócio do bispo emérito de Diamantino (MT), dom Henrique Froehlich, foram saudados ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Dom Henrique lutou para conciliar os interesses de seringueiros e outros ocupantes de terra, disse Jonas.

O senador contou que, conhecedor de várias tribos indígenas e capaz de negociar entre elas, dom Henrique Froehlich sempre conseguiu estabelecer a paz e a concórdia, ficando conhecido, respeitado e amado por toda

aquela população.

— Nós, naturais de Mato Grosso, agradecemos a Deus a grande bênção que nos concedeu, mandando-nos esse seu servo maravilhoso, que soube, como ninguém, conciliar interesses antagonísticos — afirmou.

De acordo com Jonas Pinheiro, dom Henrique nasceu no Rio Grande do Sul em 1919. Criado num ambiente religioso, não teve dificuldade em preparar-se para chegar ao seminário e ordenar-se sacerdote. Em Utiariti (MT), o vigário teve seus primeiros conta-



Segundo Jonas Pinheiro, dom Henrique sempre conseguiu estabelecer a paz e a concórdia

tos com os índios de Mato Grosso, “ajudando-os sem jamais desprezitar-lhes os costumes e a cultura”, salientou o senador.

Jucá destaca liderança da Embrapa em pesquisas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um balanço dos 29 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e disse que a instituição conseguiu consolidar um papel essencial e de indiscutível liderança em seu setor. Nesse período, observou, a Embrapa contabilizou a realização de 664 mestrados, 1.080 doutorados e 164 pós-doutorados, formando pesquisadores de altíssimo nível, e tornou-se gestora do Sistema Nacional de Pesquisas Agropecuárias, que agrupa 200 organizações públicas e privadas.

Jucá tomou como base para seu pronunciamento quatro publicações da empresa: Relatório de Ati-

vidades, Balanço Social de 2001, a revista AgroC&T — Informação Tecnológica para o Desenvolvimento e o Relatório Ambiental. No Relatório de Atividades, sobressai o setor de pesquisa e desenvolvimento, com 3.297 subprojetos, observou. No âmbito da cooperação internacional, 2001 foi marcado pela implantação dos Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior e cooperação bilateral com França, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha, Rússia e países da África, América Latina e Caribe, acrescentou.

O Balanço Social de 2001 revela uma série de atividades nos segmentos de agricultura familiar, re-

forma agrária, segurança alimentar, meio-ambiente e educação ambiental, formação profissional e medicina do trabalho.

No Relatório Ambiental, segundo o senador, são evidenciados os esforços da Embrapa e de seus parceiros no desenvolvimento de projetos que respeitam o ambiente, conservando os ecossistemas.

— Quero congratular-me com os pesquisadores, funcionários e parceiros dos inúmeros projetos da Embrapa, bem como seu presidente, Alberto Portugal, pelo importante e decisivo trabalho que realizam cotidianamente em favor de toda a sociedade brasileira — disse Jucá.

Roberto Amaral, Paulo Bonavides, Edison Lobão e Lúcio Alcântara na cerimônia



Convênios facilitam acesso a publicações do Senado

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), participou ontem da cerimônia de assinatura de dois contratos de distribuição de obras oficiais publicadas pelo Senado. O presidente do Conselho Editorial do Senado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que a assinatura dos contratos representa o último desafio a ser vencido por ele à frente desse órgão: o da distribuição. Alcântara deixa o Senado para assumir o governo cearense.

De acordo com os convênios de distribuição, as livrarias participantes serão reconhecidas por um selo indicando um ponto credenciado pelo Senado para distribuição de suas publicações. Os dois primeiros contratos foram assinados pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações com a Universidade de Brasília e com a Distribuidora de Livros Técnicos Limitada, do Ceará.

Lobão afirmou que o Senado edi-

ta obras extraordinárias, que trazem orgulho para a Casa. Ele lembrou que recentemente foi editado CD-ROM contendo 500 anos da legislação brasileira, começando com a carta de Pero Vaz de Caminha. “Um trabalho admirável”, ressaltou.

Alcântara explicou que o Conselho edita obras de grande relevância para o país que não vinham sendo reeditadas por falta de interesse comercial. O órgão procurou eliminar características negativas das publicações oficiais, mudando o design e dando qualidade à apresentação dos livros. O passo seguinte foi selecionar títulos ligados à História, Economia e Política. Por fim, passou a tratar da distribuição.

Para marcar o lançamento do selo, foi apresentada a primeira publicação a ser distribuída dessa forma: a reedição dos 10 volumes do livro *Textos Políticos da História do Brasil*, de Roberto Amaral e Paulo Bonavides.

José Sarney traz poesia e crônica em dois novos livros

Os livros *Canto de Página — Notas de um Brasileiro Atento* e *Saudades Mortas*, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), serão lançados hoje, às 19h, em solenidade na Biblioteca do Senado. Poeta, jornalista, romancista e político, Sarney, que é membro da Academia Brasileira de Letras desde 1980 e da Academia de Ciências de Lisboa, retrata nos poemas inéditos de *Saudades Mortas* cenários remotos de sua infância no Maranhão e trata com bom humor de questões sociais, econômicas e políticas no livro *Canto de Página*.

Além dos cenários de infância, o autor recorda, nas 152 páginas de *Saudades Mortas*, anseios da adolescência, a história dos parentes no Maranhão e a descoberta do amor.

Terceiro título da série *Coletâneas*, *Canto de Página* é uma obra de reflexão sobre os problemas brasileiros. Sarney aborda questões sociais, econômicas e políticas com



Novos livros de José Sarney serão lançados hoje na Biblioteca do Senado

simplicidade e pitadas de ironia, abordando temas como privatização, eleições, custo Brasil, violência, desemprego. Na abertura de cada um desses textos há uma pequena cronologia dos fatos da época.

Sarney é autor de diversas obras, entre as quais destacam-se *O Dono do Mar*, *Saraminda*, *Marrimondos de Fogo* e *Norte das Águas*. Parte de sua obra já foi traduzida para o francês, o árabe, o espanhol e o grego.

Criada associação de rádios e TVs legislativas

A criação de uma associação que favoreça a integração de emissoras de rádio e televisão legislativas foi um dos resultados do II Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo (Secomlegis), que aconteceu em Belo Horizonte, de 1º a 3 de dezembro. Foi criada a Abratel, Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas, uma entidade que visa promover a troca de experiências entre esses veículos de comunicação e representar o interesse de seus associados junto a poderes, órgãos e entidades públicas.

A Abratel vai trabalhar pela expansão de canais de rádios e televisões legislativas, que têm tido alto índice de aprovação junto ao público e contribuído para a formação da cidadania. O Brasil já conta com nove TVs legislativas, em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiânia, Amazonas e Espírito Santo.

O Senado está representado na Abratel: a diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, foi eleita diretora de Relações Institucionais e o diretor da Rádio Senado, Max Fabiano, é o 2º vice-presidente. Eles levaram ao seminário a experiência da CPP, Central de Produção de Pautas da Secretaria de Comunicação Social, e o projeto Rádio Senado Ondas Curtas.

Concessão de serviço multimídia terá mais debate

Diferentemente do que foi divulgado pela Agência Senado no dia 2, e publicado pelo *Jornal do Senado* no dia 3, o Conselho de Comunicação Social pediu à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para suspender o processo de concessão dos serviços de comunicação multimídia. A matéria publicada, entretanto, afirmava indevidamente que o conselho teria solicitado a suspensão de novas concessões de rádio e TV.

A secretaria do conselho esclareceu que o objetivo do pedido é permitir o aprofundamento das discussões sobre serviços de comunicação multimídia, incluindo as formas de fiscalização sobre a atividade. Um exemplo de serviço de comunicação multimídia seriam as rádios via telefonia celular.

Paulo Souto alerta para queda na arrecadação dos estados

Senador, que assume governo da Bahia em janeiro, antecipou despedida e pediu atenção para problema que tem comprometido capacidade de investimento em projetos sociais

Ao antecipar sua despedida do Senado, já que no dia 1º de janeiro estará assumindo o governo da Bahia, o senador Paulo Souto (PFL-BA) fez um apelo à Casa no sentido de que dispense uma atenção especial à situação dos estados. Ele lembrou que, a partir da Constituição de 1988, a União recompôs suas receitas e criou diversas contribuições, mas não compartilhou essa arrecadação com os estados.

— Em todos os estados houve uma redução nas receitas. Também houve perdas na arrecadação com a criação do Fundo Social de Emergência (que desvincula parte das receitas da União e reduz transferência de verbas aos estados) e a Lei Kandir (que eliminou o Impos-



Fotos: Roosevelt Pimentel

Souto agradeceu parlamentares e funcionários da Casa pelo apoio recebido

to sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ICMS, nas exportações de produtos primários e semi-elaborados desde 1996) — afirmou Paulo Souto.

Sem poder arrecadar mais, os estados, na avaliação do se-

nador, foram obrigados a cortar o maior número possível de gastos. Paulo Souto explicou que essa redução nas despesas gerou uma incapacidade de investimentos no setor social, infra-estrutura e na melhoria

dos serviços públicos. Ele falou na necessidade de ser implantado um novo modelo que permita aos governadores ter recursos para melhorar a qualidade de vida da população.

AGRADECIMENTOS

A primeira parte do pronunciamento de Paulo Souto foi dedicada a agradecimentos, sobretudo ao povo baiano, que o elegeu para um novo mandato de governador do estado. Ele também manifestou sua gratidão aos demais senadores e aos funcionários da Casa pela contribuição dispensada ao seu desempenho como parlamentar. O senador disse que, se conseguir realizar um bom governo na Bahia, creditará parte do êxito ao aprendizado que teve no Senado Federal.

Atuação na CPI do Judiciário é elogiada em Plenário

Vários senadores destacaram a atuação do senador Paulo Souto como relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou denúncias de irregularidades no Poder Judiciário. O primeiro foi o senador Osmar Dias (PDT-PR), para quem a CPI abriu as portas para a moralização da vida pública do país. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse que o trabalho de Paulo Souto na comissão de inquérito contribuiu para desvendar “uma série de desmandos e mazelas” no Judiciário.

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Souto mostrou, como relator daquela CPI, seriedade, isenção e imparcialidade ao realizar o seu trabalho. No mesmo sentido, José Eduardo Dutra (PT-SE) elogiou a firmeza com a qual o senador baiano portou-se durante os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito, “sempre rechaçando qualquer pressão, em um momento que culminou na cassação de um colega nosso” (o então senador Luiz Estevão).

ELEIÇÃO

A eleição de Paulo Souto para o governo da Bahia foi outro assunto lembrado por alguns se-



Líder do PFL, José Agripino afirmou que Souto é referência para o partido

nadores. Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a vitória nas urnas foi consagrada e que significa uma garantia de que o estado será bem governado nos próximos quatro anos. Lúdio Coelho (PSDB-MS) declarou que sempre percebeu vocação do senador para o Executivo.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que hoje Paulo Souto é uma referência no seu partido e, ao assumir o governo da Bahia, se transformará em “referência honrosa para o Brasil”. O senador Maguito Vilela (PMDB-

GO) referiu-se ao primeiro mandato de Souto no governo baiano como uma administração “digna, profícua, honesta, séria e desenvolvimentista”.

APARTES

No total, 12 senadores apartaram Paulo Souto em seu discurso de despedida. Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou que o senador baiano é um homem de bem, “como se costuma dizer sobre as pessoas construtivas, que trabalham pensando não no artifício de busca de determinado objetivo pessoal, mas na realização do bem público”. O senador Íris Rezende (PMDB-GO) considerou um gesto de grandeza Paulo Souto ter ocupado a tribuna para agradecer aos demais senadores pelo período de convivência na Casa.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) observou que, mesmo sendo engenheiro de formação, Paulo Souto se revelou “um homem das letras jurídicas” nas comissões onde passou. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) testemunhou o trabalho, a eficiência e a competência do senador baiano em sua atuação “não apenas no Plenário, mas também nas comissões”.



Lobão lamenta que Senado esteja perdendo um de seus principais quadros

Lobão destaca trabalho realizado pelo senador

Na presidência dos trabalhos de ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que o governador eleito da Bahia, Paulo Souto, deixa o Senado carregado de realizações, apesar de ter ocupado o mandato por apenas quatro anos.

Lobão lamentou que o Senado esteja perdendo um de seus principais representantes, mas lembrou que os senadores estão felizes por saber que Souto governará um dos mais importantes estados do Brasil. O senador acrescentou que Paulo Souto é uma “das melhores descobertas políticas feitas pelo grande líder, Antonio Carlos Magalhães”.

Suassuna pede cautela do Brasil com a Alca

Para senador, caso o país ingresse no organismo, só conseguirá afastar a ameaça de destruição de sua economia se aumentar a capacidade de produzir e competir no mercado externo

Ao comentar em discurso no Plenário o encontro, ontem, entre o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente norte-americano, George W. Bush, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou para perigos que cercam a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Ele observou que, embora a Alca represente estreitamento de laços comerciais, aduaneiros e de mercados que, teoricamente, pode significar horizonte alargado para a economia brasileira, significa também “um estreitamento que, no momento, parece mais um abraço de urso”.

Suassuna disse que o Brasil precisa avaliar com cautela a possibilidade de ingresso na Alca, que pode

ser concretizada em janeiro de 2006, ressaltando que o país terá pouco tempo para adaptar-se às novas regras desse mercado comum, que deverá envolver 34 nações. “Esse tempo de preparação é pequeno para enfrentar uma competição com os Estados Unidos, que hoje é a mais potente economia do planeta, principalmente no que diz respeito a serviços e indústrias”, afirmou.

O senador frisou que embora a abertura econômica, caso seja bem negociada, possa significar acesso vantajoso para alguns produtos brasileiros a um mercado ampliado, a maior parte da econo-



Ney Suassuna disse ser preciso superar, antes, as pendências no Mercosul

mia brasileira, com a Alca, “estará sob ameaça de destruição”. Isto só não ocorrerá, disse Suassuna, se o Brasil souber se preparar para a nova

situação, elevando a sua capacidade de produzir e concorrer.

Suassuna citou documento elaborado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e pelo Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq) contendo uma agenda de ações para fortalecer a competitividade internacional dos produtos brasileiros, numa tentativa de converter a ameaça da Alca em oportunidades para as indústrias, serviços, comércio e agronegócios nacionais.

O documento sugere um esforço conjunto entre governo e empresas para que se possa atingir patamares superiores de tecnologia por meio da pesquisa cientí-

fica e da modernização. Também propõe a conclusão das reformas de base, como a tributária e a da Previdência, passando pela modernização da Justiça e das leis trabalhistas e pela redução das taxas de juros a níveis praticados nos demais países.

Nesse processo, disse Suassuna, o Brasil deve insistir no fortalecimento do Mercosul, que ele chamou de “nosso destino natural e uma experiência valiosa de integração regional”. Ao superar as pendências e disputas do Mercosul, acrescentou, o Brasil se habilitará a “enfrentar o feroz protecionismo de economias mais poderosas, seja no âmbito da Alca, seja dentro da Organização Mundial do Comércio.

Mozarildo defende integração da Amazônia

Em apelo dirigido ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugeriu que o novo governo adote ações nacionalistas e de integração “para não entregar a Amazônia para o G-7 (grupo dos sete países mais ricos), como foi feito com a Amazônia colombiana”. Segundo ele, a criação de reservas indígenas e parques nas fronteiras tem deixado a “porteira aberta” para os narcotraficantes.

Mozarildo citou reportagens da imprensa sobre a prisão, na última segunda-feira, de 20 narcotraficantes em vários estados, numa ação da Polícia Federal chamada



Mozarildo Cavalcanti sugeriu medidas para evitar que região seja entregue ao G-7

Operação Diamante. Para ele, as prisões reforçam o alerta que vem fazendo há anos sobre a vulnerabilidade das fronteiras do Norte brasileiro e demonstram a dimen-

são da estrutura do narcotráfico internacional.

Segundo o senador, não basta aumentar o número de policiais, reequipar a Polícia Federal ou instalar o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), mas sim habitar as fronteiras. Ele defendeu a implementação de programas de desenvolvimento para municípios das fronteiras da Amazônia como forma de evitar a migração populacional para as grandes cidades.

Mozarildo lembrou ainda a turbulência política que está vivendo a Venezuela e a possibilidade de prejuízos comerciais que a situação pode trazer ao Brasil.

Emilia destaca mudança na política externa brasileira

Uma nova política externa está sendo traçada no Brasil, afirmou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Na sua opinião, o fato de o presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ter iniciado suas visitas oficiais pela Argentina e pelo Chile sinaliza que novos rumos estão sendo tomados na condução das relações internacionais brasileiras.

Conforme Emilia, as viagens à América Latina reafirmam a visão de que o país tem condições de liderar uma discussão em todo o continente para o fortalecimento do mercado latino-americano. Nesse sentido, de acordo com a senadora, o revigoramento do Mercosul seria uma das prioridades do próximo governo, a fim de enfrentar os desafios da negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ampliar as relações com os países da União Européia e atrair novos sócios para as nações latino-americanas.

– Juntos, Brasil e seus países irmãos terão condições efetivas de promover real crescimento econômico com justiça social, de negociar com mais igualdade acordos internacionais e, especialmente, de democratizar as oportunidades para todos os cidadãos e cidadãs latino-americanas, combatendo a miséria, a



Para Emilia Fernandes, Brasil pode liderar discussão sobre fortalecimento do mercado latino-americano

fome, o desemprego e a exclusão que hoje os vitimam – afirmou Emilia.

Segundo a senadora, o presidente eleito iniciou sua viagem pela Argentina “porque considera que a reconstrução do país vizinho é dever do Brasil, tanto por uma questão de solidariedade, quanto para não ficar sozinho nas negociações com os Estados Unidos”. Além disso, Lula teria apresentado uma agenda entre os dois países para a reconstrução do Mercosul, composta por propostas concretas de crescimento econômico, frisou.

No Chile, Lula reforçou o desejo de que o país andino integre o bloco composto por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai como membro efetivo, disse a senadora.

Aprovadas indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis a duas indicações do presidente da República para embaixadas brasileiras. O diplomata João Gualberto Marques Porto Júnior, que ocupava o cargo de cônsul-geral do Brasil em Hong Kong, foi indicado para a embaixada em Cingapura. Renato Luiz Rodrigues Marques foi escolhido para o cargo de embaixador na Ucrânia. A aprovação final das mensagens depende ainda de votação do Plenário do Senado.

A CRE volta a se reunir hoje, a



Comissão de Relações Exteriores aceitou a escolha dos diplomatas João Gualberto, para Cingapura, e Renato Marques, para a Ucrânia

partir das 17h30, para ouvir em audiência pública os ex-delegados da Polícia Federal Arthur Lobo Filho, José Roberto Benedito Pereira e Luiz Zubcov. Eles prestarão esclareci-

mentos sobre a denúncia veiculada em reportagem da revista *IstoÉ* de que a CIA (Central Intelligence Agency) estaria interferindo no trabalho da Polícia Federal.